

Impacto nas contas públicas alcançará Cr\$ 145 trilhões

por Lázaro Evair de Souza
de São Paulo

O "pacote" econômico, que será anunciado hoje à tarde pelo presidente José Sarney, deverá promover cortes totais na previsão do déficit de 1986 da ordem de Cr\$ 145 trilhões. A contenção de gastos, a racionalização dos custos e a privatização de algumas empresas provocará um corte de Cr\$ 50 trilhões; as medidas de caráter tributário permitirão um ganho fiscal de Cr\$ 60 trilhões e os efeitos da contenção dos gastos públicos sobre a taxa de juros possibilitarão uma economia de Cr\$ 35 trilhões no próximo exercício. Tais informações foram prestadas ontem a este jornal por uma fonte credenciada do Ministério da Fazenda.

Na área tributária, segundo esta mesma fonte, a intenção do governo é "transferir um pouco a

carga fiscal, que hoje recai sobre a pessoa física, para a pessoa jurídica que possui a maior capacidade de contribuição bem como sobre o setor financeiro".

De acordo com a fonte, o governo resolveu realmente aprovar a declaração semestral para as grandes empresas, deixando, entretanto, um espaço para uma redução da alíquota, de forma a reduzir o impacto da medida.

O "pacote" deverá ainda propor a taxação do Imposto de Renda na subscrição de títulos públicos, além da aplicação de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre aplicações de curto prazo no open market e também sobre operações a termo e opções na bolsa de valores. Ainda segundo a fonte do Ministério da Fazenda, as alíquotas deverão ser definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Além das medidas de caráter tributário e as de ordem social, o "pacote", se-

gundo a fonte do Ministério da Fazenda, deverá restringir duramente a utilização de veículos oficiais por pessoas do segundo e até terceiro escalão. De acordo com a fonte, depois do "pacote", os chamados carros de representação só serão destinados a ministros, secretários e presidentes das empresas estatais. Além disso, será proibida a contratação de funcionários na área federal. A fonte do Ministério da Fazenda manifestou otimismo em relação à aprovação do "pacote" pelo Congresso Nacional.